

“Jornadas Parlamentares do Partido Socialista sobre a Escola a Tempo Inteiro”

Intervenção de Albino Almeida (Presidente da CONFAP) – Assembleia da República 23 Fev 06

Sr.^a Ministra da Educação, Sras. e Srs. Membros do Governo,
Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Sras. e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Jornalistas, Caras Mães, Pais e membros do Movimento Associativo de Pais,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Interpretando o sentir das nossas Associações de Pais e as necessidades de maior apoio às famílias por parte do Estado, num contexto de profundas mudanças económicas e sociais que a todos se impõem, teve a CONFAP o grato prazer de apresentar a todos os Partidos Políticos, antes das eleições de 20 de Fevereiro de 2005 o nosso Manifesto para a Educação em Portugal. De todos eles recebemos palavras de concordância e, há que dizê-lo, embora de forma diferente e com particular realce para o PS, foi grato também verificar a sua influência no programa eleitoral desses Partidos que se apresentaram às Eleições Legislativas de 20 de Fevereiro de 2005.

Por palavras de pais ali se inscrevia o conceito de Escola a tempo inteiro, numa lógica de que à Escola se alia o conceito de justiça social que, atento o panorama de 2.000.000 de Portugueses a viver no limiar de pobreza, dos quais 200.000 na pobreza efectivamente; a iliteracia escolar de muitas famílias e o facto de, cada vez mais, quem tem trabalho ter de sujeitar-se a horários cada vez mais alargados, colocava a Escola como lugar privilegiado de corrigir, e não perpetuar, as desigualdades sociais, particularmente evidentes quando se trata de instruir – e, logo aí, os problemas começam! – mas também de Educar.

É preciso pensar o Homem integral dando a cada um segundo as suas necessidades e também segundo as suas capacidades. Daí que, através do apoio socio-formativo, durante a frequência de actividades não curriculares ou de tempos livres, muitas crianças estejam muito melhor na Escola – onde elas não perdem o gosto de estar com os amigos e que são quase sempre os únicos que perduram pela vida fora – do que ficarem sozinhos em casa frente à televisão, Internet ou simplesmente na rua.

Existem já Escolas assim; basta conhecê-las: são casos de Escolas de sucesso e percebe-se que não há nelas tantos problemas de convivência social, abandono e mesmo insucesso escolar. Só que, às vezes, conhecem-se mal e divulgam-se pior!... Ora, para nós, o insucesso escolar é o insucesso de escolas e não da Escola.

Nesse sentido, o Movimento Associativo de Pais – na senda de Kennedy – já há muito vinha a animar ATL's, muitos de boa qualidade, com maior ou menor envolvimento dos docentes, mas ainda sem ser, como devem, inseridos no Projecto Educativo de Escola. Como IPSS's e, algumas vezes, com IPSS's fizemo-lo e fazemo-lo de forma continuada. Duas dessas realidades foram, aliás, muito acarinhadas pela CONFAP – a Escola da Ponte e a Escola de S. Gens. Mas, é bom reconhecê-lo, boas práticas não faltavam já, quer a nível da Junta de Freguesia, quer a nível de Câmaras Municipais.

Hoje, temos aqui bons exemplos disso mesmo. Seguramente não caberia no âmbito desta intervenção a sua explanação, mas deixaremos aos Senhores Deputados a documentação que explica e explicita muitas dessas boas práticas, as quais precisam de ser apoiadas pela Administração Educativa, através dos meios mais variados e que levam direitinho ao estímulo – que aliás o Ministério da Educação quer fazer – da autonomia das Escolas até à contratualização, tendo em vista que a Escola em que acreditamos – creio que todos os aqui presentes também – é a Escola Pública Cidadã, isto é, a Escola que serve a Comunidade. Escola que a ela se abre; que dela recebe igual abertura e que em rede, e na rede social, se constitui em resposta efectiva e integral – à Instrução - para a qual fundamentalmente existe como representação social – e à Educação – para a

qual precisa do contributo de toda a aldeia, o que se consubstancia no Projecto Educativo, que deve ser construído com efectiva participação de todos, na Assembleia de Escola.

Hoje mais do que nunca ao investimento público indispensável que se exige para que cumpra o seu papel, a Escola Pública deve corresponder com cidadãos melhor formados, educados e qualificados, capazes de promover, individual e socialmente, a Comunidade onde se inserem realizando-se, e realizando-a!

Naturalmente que uma tal Escola que se pretende a tempo inteiro tem de olhar para as faltas dos seus docentes, e as suas consequências, como a maior contradição prática com aquele princípio.

E isto, com seriedade, motiva à CONFAP algumas reflexões:

Por um lado o princípio maior em si mesmo: o da Constituição da República, que obriga o Estado a assegurar uma Educação e Ensino Público, para todos. Sublinho: para todos! O contrato que a Escola, em consequência, assume com as famílias e os alunos, através da Escolaridade Obrigatória – que mais não é do que socialização obrigatória, isto é, passagem à vida adulta e activa – é o de garantir na Escola a prestação competente de Serviço Público de Ensino e Educação universal e gratuita. E, por isso, como em qualquer área da Sociedade, mas com maior evidência na Educação, há um problema por resolver nos períodos em que os professores têm de faltar e, isso, naturalmente, independentemente da razão que lhes assista. Porque diferente é a ausência prevista do professor e a ausência não prevista. Para a primeira conhecemos exemplos bem interessantes, desde a substituição por um professor de área/disciplina do professor que falta, até à troca de aulas em que o professor que faltou vai dar a aula no tempo daquele que o substituiu. Em qualquer caso trata-se de escolas com boa pilotagem, que já vem de longe, e que não apareceu só neste caso específico. São situações, aliás, já previstas nos Projectos Educativos de quase todas as escolas, mas que eram “sugestões de lei” ou, simplesmente, papéis escritos para que a Inspecção pudesse conferir a correspondência com os normativos, que não a sua prática efectiva!...

É preciso, pois, estimular a organização autónoma e flexível de cada território, onde a Escola – em que existe o maior número de licenciados em Educação e Pedagogia por metro quadrado – se organiza face aos problemas que as novas práticas vão fazendo aparecer, numa lógica de melhorar o serviço prestado e, em consequência, também de maior e melhor realização dos seus alunos e professores.

Por isso, e por outro lado, as faltas não previstas devem ser colmatadas com Actividades de Substituição que podem transformar os períodos de lazer – os tais “furos” de que os alunos tanto gostam! E quem não gosta de uma pausa?... – em acesso a novas vivências e aprendizagens a nível social, cultural e lúdico, naturalmente que inseridos no Projecto Educativo de Escola, o qual, nesta matéria, deve ser elaborado após uma auscultação a todos os membros da Comunidade e, especialmente aos alunos, para perceber as actividades que são do seu interesse ou cujo interesse se lhes possa tornar evidente. Isto porque, como também diz quem sabe, de “motivação não sabemos nada; podendo, porém, escrever-se tratados sobre ela!” E não é discipiciendo saber que esta frase é de Peter Drucker!

Até porque, numa sociedade em que bem estar está associado a hedonismo, temos que perceber os jovens, ouvir as suas opiniões, mas, nesta matéria, convém ser firme no alerta para que a vida adulta, em que queremos ajudá-los a inserir-se, não tem “furos”, nem “pausas”. Nos tempos actuais, os “furos” e “pausas” cada vez se transformam mais em inactividade – leia-se desemprego – de longa duração. Face à diminuição de produtividade que a cultura excessiva das pausas provoca, aumenta o desinteresse pelo investimento em actividades de emprego intensivo.

Temos, assim, a convicção de que é possível, mesmo quando todos estamos já a fazer muito - e seguramente aí incluo a grande maioria dos professores - é preciso, dizia, fazer um pouco mais para afirmar na Escola Pública os valores pelos quais ela existe e é insubstituível. Como, de resto, se percebe, mesmo pelo Mundo fora, em países insuspeitíssimos em matéria de simpatia das suas lideranças pelo liberalismo da promoção do Ensino e da Educação.

É verdade que, face à data em que o Governo tomou posse e começou a determinar a política educativa, muitas escolas tiveram pouco tempo para preparar as novas práticas – é, de resto, da sua generalização que o Governo tem, essencialmente, tratado!

Para algumas escolas elas eram já velhas práticas que até serviram de fonte de inspiração e estudos académicos publicados. Portanto, para “estas novas práticas”, importa, de facto, estimular as Escolas que ainda as não têm, para ousar reflecti-las, pensá-las e propor-lhes alternativas, quando não as possam reproduzir porque só serão de sucesso em sintonia com cada realidade pedagógica, isto é, contextualizadas. Os Pais sabem que muitas carecem de financiamento adequado e de indispensáveis intervenções da Administração Regional e Nacional.

Deixamos aqui, também, a nossa disponibilidade para assinalar mais propostas de boas práticas, para além das que já existem, sejam elas de Almada, Lamego ou Vila Nova de Gaia, Melgaço e Chaves, mas atenção:

Há problemas com a reestruturação e reorganização de rede que, a ser feitos como já indiciados, vão traduzir-se nos próximos anos lectivos – mesmo que só enquanto se constroem os novos Centros Escolares públicos que todos desejamos – em retrocessos em matéria de escola a tempo inteiro e do que, em alguns casos, que, curiosamente, vão ser escolas acolhidas, já se fazia em matéria de horários normais, ATL's e cantinas, impossíveis de garantir nas escolas de acolhimento. Casos exemplares do que aqui afirmamos podem encontrar-se, especialmente, no âmbito das DREN e DREC. Atenção a isso para que o próximo ano lectivo abra com a calma que se recuperou no ano lectivo presente!...

É preciso encontrar uma matriz flexível que permita, às Câmaras e Juntas de Freguesia, cobrir o custo das actividades que vão das 17.30 horas às 19.30 horas e correm o risco de fechar, prejudicando as crianças que mais precisam de estar na Escola nessas horas, ou porque as famílias trabalham, ou são tão desestruturadas que, pôr as crianças junto delas, é pô-las em perigo, sem precisarem de estar na rua!

Porque é preciso diferenciar, premiando, através da avaliação do desempenho, com consequências, os professores que efectivamente organizam toda a plêiade de recursos que as Escolas oferecem aos seus alunos, como actividades de substituição, bem fundamentadas e sustentadas na escolha que os alunos delas fazem; e articuladas com a sua orientação vocacional, podendo constituir excelentes espaços para a aquisição de competências sociais indispensáveis ao seu desempenho futuro como cidadãos conhecedores críticos, interventivos, exigentes e responsáveis. Que sabe ser, estar, fazer e viver com os outros! E para isso não podemos ter sol na eira e água no nabal: não podemos permitir que à melhor teoria sobre a Escola Pública na prática corresponda uma teoria diferente!...

Ao defendermos uma Escola Pública, universal - efectivamente gratuita e inclusiva - aqui no sentido de que, só não excluindo ninguém, ela se realiza como Democrática e realiza a Democracia – especialmente nestes tempos de tantas dificuldades para as famílias e crianças; seja em razão da sua origem social, étnica, cultural e económica ou outra. Temos, assim, de estar na Escola em permanente reflexão e abertura à mudança. Todos nós, Governo, autarquias, escolas, pais e alunos, devemos manter aquilo que motiva a nossa cidadania e orienta a nossa – acreditamos que também a vossa! – intervenção pública: uma permanente insatisfação construtiva!

Do Estado porque, através do Governo, tem de, permanentemente, dar provas e meios da afirmada vontade de dinamizar a autonomia das escolas sendo garante, como lhe compete, da sustentabilidade, especial e nomeadamente financeira, de todo o sistema, na pluralidade das suas propostas que decorrem dessa mesma Autonomia e se sujeitam à avaliação do compromisso, que através dela assumem e asseguram entre o Estado e os Cidadãos, através do Currículo que ministram e que materializa, essencialmente, esse compromisso.

Desde logo, e no que toca à reorganização da rede, são precisos apoios às Autarquias mais

carenciadas. Apoios indispensáveis a umas para que avancem mais rapidamente, e a outras, mantendo o apoio para o que já fazem, permitir-lhes que façam mais e melhor.

Dos professores e das Escolas porque assim, e nomeadamente, se em razão das faltas de professores, não for dado o currículo - em bom rigor o ano não devia considerar-se terminado nesses casos, à semelhança do Ensino Profissional! - os alunos, sendo avaliados a nível nacional, todos como se às aulas previstas correspondessem rigorosamente aulas dadas, estarão em desigualdade inadmissível perante a lei.

E nem falamos de planos de recuperação face às dificuldades detectadas na Avaliação contínua e sumativa que possam implicar, eventualmente, mais aulas do que as previstas e dadas e não foram suficientes!

Dos pais, (dos alunos e das famílias) pelo aproveitamento integral que devem fazer da Escola Pública, que desde sempre reivindicaram, e para a qual o Estado, através do Governo, deverá permanentemente garantir todos os recursos que assegurem a universalidade, a gratuidade e a equidade, isto é, a garantia de efectiva de igualdade de oportunidades. Seja nas medidas inerentes à Escola a tempo inteiro, mas, também, em todas aquelas em que deverá tornar em realidade, também urgente, a rede de Creches e de Educação Pré-escolar públicas, com os inerentes meios humanos, técnicos e materiais, sejam manuais escolares ou outros meios, que em cada caso se revelem indispensáveis à prossecução dos Projectos Educativos.

Das Instituições de formação inicial e contínua de Professores e Auxiliares da Acção Educativa para que, à desejável qualificação de Instrução e Educação destes actores principais e insubstituíveis das nossas escola, corresponda a formação de todos os seus profissionais, tendo em vista a sua preparação permanente para as exigências educativas em geral e formativas e sociais, em particular.

Da formação parental de pais e famílias – inserida na formação ao longo da vida – garantindo a sua dignificação como cidadãos, mas, também, através da sua formação cívica, dignificando e, por essa via, reconhecendo e valorizando-lhes, política e socialmente, a disponibilidade, e a sua capacidade de trabalho ao serviço do interesse geral e do bem público. Assim propusemos a melhoria, na Lei, das condições do seu exercício, e partindo das boas práticas existentes noutras áreas da Sociedade, das condições em que o Movimento Associativo de Pais é, e deverá ser cada vez mais, chamado a acompanhar, pensar, definir, executar e avaliar as políticas educativas. Seja no contexto de Escola, nos órgãos de gestão e pedagógicos, seja no âmbito dos Conselhos relacionados com a Educação a nível Concelhio, Regional e Nacional.

Assim, se o Governo continuar, como tem feito, a colocar, em cada caso, efectivamente o superior interesse da criança e da Educação em geral, como é sua obrigação, terá nos Pais e no seu Movimento Associativo um aliado estratégico que já é, há dez anos, parceiro social! E, aqui falta fazer mais do lado do Governo do que aquilo que coube à Confederação, que representa os Pais, no protocolo que então assinámos.

Mas o caminho faz-se caminhando: com reflexão! Abertura à mudança! Empenho! Crítica frontal ou apoio declarado! Sempre com o mesmo objectivo: a DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA! Nos precisos termos em que a Constituição da República a define! Com a ideia de que 32 anos depois de Abril é preciso dar passos efectivos para aproximar a Constituição praticada da Constituição publicada.

Cabe a todos nós, mas ao Governo em especial, cumpri-la e fazer cumpri-la. Face a esse nobre objectivo programático máximo da República, ao tempo perdido em Educação, afirmamos que não podemos perder mais tempo nenhum!

Albino Almeida
(Presidente da CONFAP)